UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

DISCIPLINA: ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA

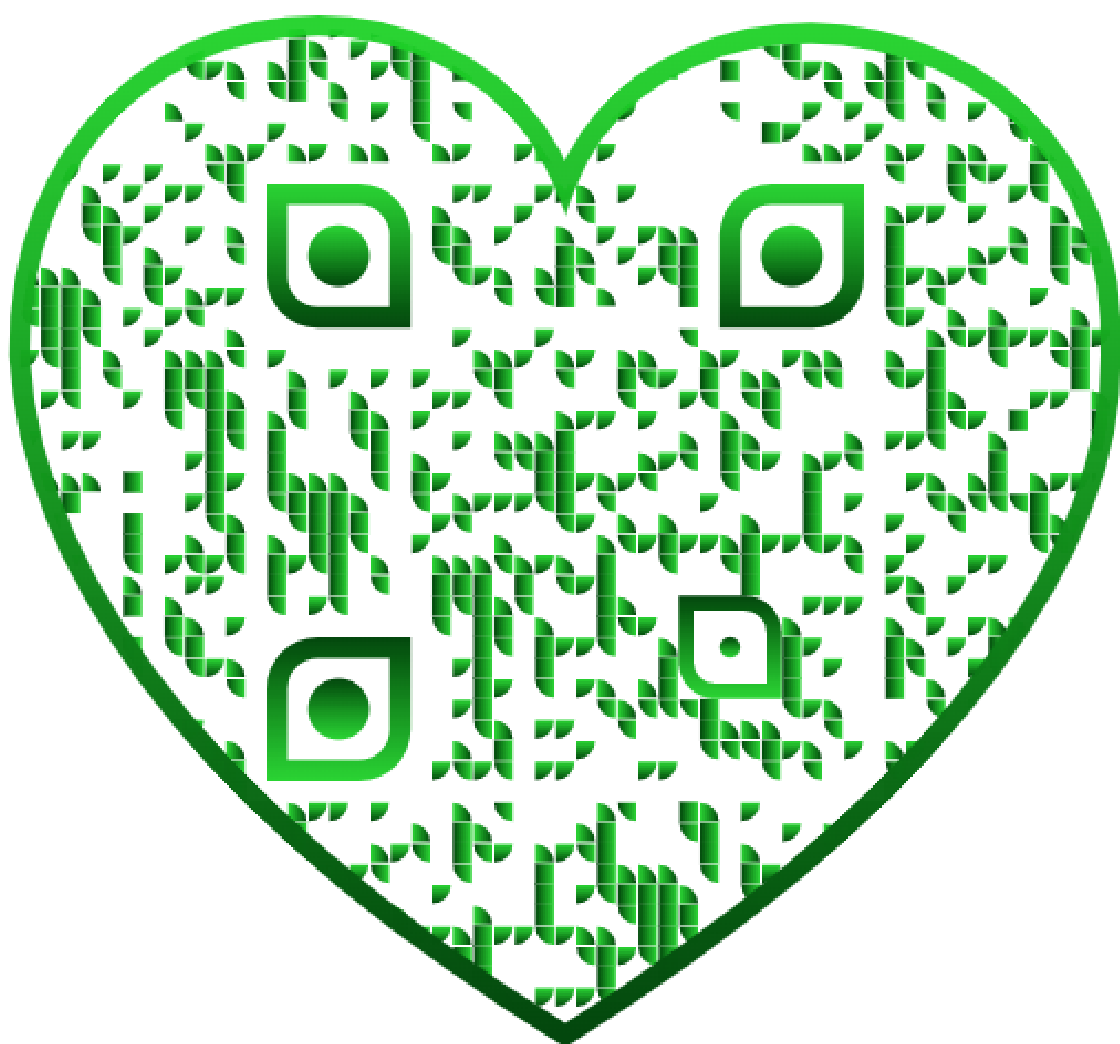
# A MORAL E A ÉTICA

## DEFINIÇÕES E ORIGENS

### APOSTILA DE CURSO

PROF. MS. EDUARDO SUGIZAKI

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)



**GOIÂNIA, SEGUNDO SEMESTRE DE 1998.**

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

# 1. MORAL E ÉTICA:

## Definições.

Os GREGOS tinham duas palavras muito parecidas, na grafia e na pronúncia, para designar realidades também relacionadas.[1] Eles usavam:

εθος (pronunciamos êtos) = para desinar "costume"[2]

ηθος (pronunciamos étos) = para desingar a índole, no sentido de caráter e temperamento natural da pessoa.[3]

Evidentemente, num ato concreto de uma pessoa determinada os sentidos das duas palavras estão unidos. Um exemplo: no ato do cidadão grego de partir, com seus iguais, para a guerra, em defesa da cidade-estado, estão em jogo estas duas dimensões indicadas por duas palavras gregas. É costume da cidade grega que o cidadão seja soldado e não o escravo, pois o ato de defender a cidade é um ato honroso. Mas o ato de ir à guerra diz também algo sobre o homem, diz respeito ao seu caráter: ele é um homem corajoso e, como tal, valoroso.[4]

Vejam, nestas frases comuns entre nós, como os dois sentidos gregos estão imbricados:

a) "A mulher foi muito ética: não revidou agressão." b) "Este político é um homem ético." c) "Toda vizinhança o respeita como um homem de moral."

Os romanos, por sua vez, utilizavam a palavra latina *mos* (*mores*) para

---

[1] Cf. CHAUÍ, Marilena. O mundo da prática. In: *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994, p. 340. Sobre a etimologia conf. tb.: DI GIORGI, Beatriz. *Especulações em torno dos conceitos de ética e moral*, p. 230. Quanto à distinção entre ética e moral utilizada por Gilles Deleuze, em seus estudos sobre Nietzsche e Spinoza, cf. MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985, 2. ed., p. 69.

[2] PEREIRA, Isidro. *Dicionário grego-português, português-grego.* Braga: Apostolado da Imprensa, s/d, 7. ed., p. 806.

[3] PEREIRA, I. *o.c.* p. 907.

[4] MOSSÉ, Claude. *Atenas:* A história de uma Democracia. Trad. do francês por João B. da Costa. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, 2.ed.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

designar o costume (s). Daí nasce a palavra portuguesa "moral".

Na nossa língua, as duas palavras, *ética* e *moral*, implicam, concomitantemente, de alguma forma, os dois diferentes significados antigos e, de fato, tanto a ética quanto a moral, incidem sobre estas duas dimensões (uma valoração do homem como tal e do seu agir de conformidade ou não aos costumes e à tradição).

Não sem motivos, a Prof[a]. Marilena Chauí diz que "ética **e** moral referem-se ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros".[5] Como se vê é correta a denúncia de que, sobre a distinção entre *ética* e *moral*, a "linguagem natural prima pela equivocidade".[6]

Mesmo reconhecendo as dificuldades para separar de modo consensual e técnico o que é ético do que é moral, num terreno em que não há acordo fácil entre os filósofos,[7] sigo a distinção de Aurélio Buarque:

ÉTICA refere-se ao "**estudo** dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto";

MORAL refere-se ao "**conjuto de regras** de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada".[8]

A distinção do dicionarista está de acordo com uma certa tradição filosófica: a de considerar *moral* como as normas de convivência social e *ética*

---

[5] CHAUÍ, M. *l. c.* (grifo meu)
[6] DI GIORGI, B. *o. c.*, p. 229. Adiante, a mesma autora diz: "Não só no discurso coloquial, na fala cotidiana, têm sido identificados os conceitos de *ética* e *moral*, como também na fala erudita e nos textos formais, em ensaios cuja linguagem se exige mais próxima dos níveis científico e filosófico. Pode-se mesmo afirmar que, de modo geral, ambos os termos vêm sendo empregados como sinônimos. (p. 230)
[7] Id. ibid., p. 233-236.
[8] FERREIRA, Aurélo B. H. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 2. ed. revista e ampliada, p. 733. (grifos meus)

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

como o estudo e a reflexão teórica, sobre a moral, o comportamento moral dos homens e as valorações morais de diferentes culturas e sociedade, segundo uma metodologia estritamente racional, ou seja, filosófica e científica.[9]

Como se percebe pelo trabalho de Aurélio, há uma diferença técnica entre as duas palavras, segundo seu uso correto em nossa língua, onde está também a chave de solução para o modo confuso e equívoco com que as duas palavras são usadas: os homens modernos não gostam de dizer que suas ações são **morais**, pois isto equivaleria a dizer que elas são corretas apenas porque são conformes ao costume e à tradição. Preferem dizer que agem segundo uma **ética** para denotar um suposto caráter independente, reflexivo e "filosófico" de sua posição existencial e política.

Mesmo os clamores (internacionais) da imprensa, dos políticos e dos militantes dos movimentos sociais por "MAIS **ÉTICA** NA POLÍTICA", nos últimos anos, usa-se a palavra *ética* e não a palavra *moral* para uma fuga, até certo ponto fictícia, do caráter "tradicionalista" da última.

Por um lado, se avaliarmos bem quais seriam os "princípios éticos" que, em última análise, se espera dos políticos, encontraríamos antigos VALORES da cultura ocidental, já consignados em mandamentos da Lei de Deus, conforme a tradição mosaica e incoporados pelo cristianismo: Não matarás; não roubarás; não levantarás falso testemunho; não cobiçarás as coisas alheias (cf. Êxodo, cap. 20; Deuteronômio, cap. 5). Neste sentido, o apelo por mais ética na política nada mais é do que um apelo por mais fidelidade aos antigos valores morais do mundo ocidental. Desta forma, lá onde se alardeia uma novidade, produto de uma reflexão "filosófico-ética" original, nada mais há do que, valores antigos sob novos nomes e "novas fachadas".

---

[9] Definem ética como "ciência do comportamento moral dos homens em sociedade" e consideram a moral como objeto da ética, os autores: VÁZQUES, Adolfo S. *Ética*. Trad. do espanhol por João Dell'Anna. Rio de Janeiro:

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

Por outro lado, há níveis de complexidade dos problemas humanos reais e concretos que já não são tão facilmente resolvidos com base nos COSTUMES tradicionais.

Veja-se que ninguém precisa fazer apelo à reflexão ética para dizer que "é imoral um vizinho roubar o cachorro do outro e dá-lo de presente a um compadre". Em geral, poder-se-ia dizer que a lei moral "não roubarás", surgiu neste contexto mesmo. Problemas humanos antigos (como o roubo de galinhas) continuam sendo suficientemente bem resolvidos pela moral (tradicional), pois o COSTUME de valorar de tal forma incide perfeitamente sobre uma casuística semelhante.

Veja-se, por outro lado, o seguinte EXEMPLO: O Deputado recebe um telefonema para que colabore com os "interesses maiores da nação" e vote, com o governo, favorável à possibilidade de reeleição presidencial e de outros cargos executivos. O negociador que telefonou promete um auxílio eleitoral. O Deputado recusa o auxílio e pergunta da possibilidade de se facilitar a aprovação do pedido de verbas para a rede de hospitais da sua base eleitoral. O Deputado sabe que o governo já ganhou a eleição e que está apenas pedindo o voto dele por uma margem de segurança. O Deputado é contra a reeleição. Ele pensa que o governo deve liberar esta verba porque assim está previsto na Constituição e no Orçamento da União. Mas sabe também que o governo pode demorar muito para cumprir seu dever, protegido pela burocracia. Conseguindo liberar a verba com mais rapidez irá salvar vidas e melhorar o atendimento de saúde em seu Estado e ele ganhará apoio eleitoral do povo, nas próximas eleições.

Este é apenas um exemplo. Muitos problemas parecidos têm sido apresentados em programas televisivos de debate sobre questões morais.

A questão é que o Deputado, estrito senso, não está roubando. Mas, está

---

Civilização Brasileira, 1995, 15. ed., p. 12; NALINI, José R. *Ética Geral e Profissional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 30.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

agindo corretamente? Para responder a esta questão de conformidade com a moral, teríamos de recorrer ao que manda o costume, a tradição. Mas NÃO HÁ COSTUME nem tradição em relação a este problema. Trata-se de um problema MODERNO, típico das DEMOCRACIAS MODERNAS, não há uma tradição que diga qual é o modo moral ou imoral de agir, nesta situação e em muitas outras.

Para resolver problemas como este é preciso reflexão e decisão novas. Talvez, por isso, no uso comum da língua, se fale em "questão ética". Mesmo que se procurasse uma solução para um problema moderno, com base nos valores tradicionais da nossa cultura, o que é certamente possível, isto só se faria com base em uma reflexão que atualizasse o valor tradicional frente à problemática nova, onde ainda não se consagrou nenhum costume que indicasse o caminho moralmente correto a seguir. Ou seja, passa-se a estabelecer um novo costume em um campo ainda não consagrado por um costume moralmente definido.

São problemas como estes que são enfrentados em códigos de ética profissional. Eles operam a relação entre *valor tradicional* e *implantação* de *novo costume* da maneira acima indicada: atualizam o valor tradicional para enfrentar o problema novo. Parece que isto explica também porque os códigos profissionais são chamados *códicos de ética profissional* e não *códigos de moral profissional*. Eles são resultado de processos de REFLEXÃO e DEBATE político, que não foram esgotados e nem podem ser, pelo próprio dinamismo de uma atividade profissional viva. Um código de uma profissão determinada resolve, decide e determina um comportamento profissional como ético e outro como anti-ético, depois de ouvir o DEBATE TEÓRICO sobre os temas pertinentes, com base numa decisão política, que procura refletir, mais ou menos, a posição dos profissionais da área, de acordo com a cultura do país e os valores morais mais sedimentados do povo.

O código de ética profissional não é mais simplesmente o cumprimento de

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

um costume e de uma tradição. Ele incide também sobre temas em relação aos quais não há tradição nem costume. Ele responde a desafios modernos. Mas, uma vez instituído, o código profissional instaura um comportamento que se tornará costumeiro, ou seja, transforma-se em moral.

No uso da palavra ética, na "reivindicação por mais *ética* na política" ou no "código de *ética* profissional", embora remetam para uma "reflexão", não atingem o nível de uma exigência filosófica; não se propõem e não podem se propor como produção filosófica. Neste sentido, estes usos da palavra *ética* minimizam ou mitigam o nível de reflexão que o próprio Dicionário *Aurélio* aponta.

## MORAL: Definição.

Moral é um conjunto de valores que toda cultura e cada sociedade institui para todos os seus membros.[10] Isto foi constatado pelo estudo científico das comunidades primitivas (antropologia) como pelo estudo da história das sociedades.[11]

Pode ocorrer também que, "culturas e sociedades formente hierarquizadas e com diferenças de castas ou de classes muito profundas podem até mesmo possuir várias morais, cada uma delas referida aos valores de uma casta ou de uma classe social."[12]

O conjunto de valores que constitui uma moral indica aos membros da comunidade:

---

[10] Nas palavras de Marilena Chauí: "Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, iesto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e à conduta correta, válidos para todos os seus membros."(*o.c.*, p. 339).

[11] "O antropólogo francês Lévi-Strauss, analisando os povos primitivos, mostra como a passagem do reino animal ao reino humano, ou seja, a passagem da natureza à cultura, é produzida pela instauração da lei, por meio da proibição do incesto. Com isso se estabelecem as relações de parentesco e as alianças, sobre as quais se constrói o mundo humano, que é simbólico". Cf. ARANHA, Maria L. de e MARTINS, Maria H. P., *Filosofando*. Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1991, p. 303.

[12] CHAUÍ, *o. c.* p. 339.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

-o que se deve *valorar* como *bom* ou *mau*; (o amar é bom; odiar é mau)

-como se deve distinguir o *bem* e o *mal*; (deve-se fazer o bem e evitar o mal)

-o comportamento necessário, o aconselhável, o permitido e o proibido.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

# 2. SOBRE A ORIGEM DA MORAL

Poder-se-ia dividir as concepções quanto à origem da moral em dois tipos básicos. As que explicam esta origem por princípios metafísicos e, como tal, supra-históricos ou a-históricos. Alinham-se neste primeiro tipo as teorias que vêem um poder sobre-humano como fonte das normas morais. Também as que vêem o homem (o gênero) como origem e fonte da moral, mas referindo-se a uma essência eterna e imutável a todos os indivíduos. De outro lado, estão as teorias historicistas, ou seja, as que procuram a origem da moral no horizonte da história, vendo-a como produto do homem.[13]

Entre as teorias a-historicistas ou metafísicas, poder-se-ia listar a posição neotomista. Esta corrente de pensamento européia e católica (Garrigou-Lagrange, Jacques Maritain), surgida no entre guerras e que teve penetração no Brasil desde os anos cinquenta (Pe. Leonel Franca, Alceu de Amoroso Lima-*Tristão de Ataíde*), segue o pensamento de Sto. Tomás de Aquino (Itália, 1225-1274), e afirma que o homem é dotado de um senso moral natural, "no sentido de que possui uma infalibilidade resultante da própria natureza da inteligência".O senso moral, segundo Tomás, que é o "sentimento imediato e absoluto da lei reguladora do conhecimento e da ação práticos", define-se "adequada e essencialmente pelo princípio de que é preciso fazer o bem e evitar o mal". Desta forma, vontade humana tende necessariamente para o bem.[14] Daí que os sentimentos morais, considerados componentes da consciência moral, manifestem uma tendência ao

---

[13] Cf. VÁZQUEZ, Adolfo S. *Ética*. Trad. do espanhol por João Dell'Anna. Rio de Janeiro,: Civilização Brasileira, 1995, 15. ed., p. 25.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

bem e uma repulsa ao mal, o respeito do dever e a antipatia pela má conduta. Os sentimentos morais dotam a consciência moral de alegria elo dever cumprido, tristeza e insatisfação pelo dever violado, insatisfação de si (vergonha, remorso e arrependimento).[15]

Teorias historicistas, por outro lado, defendem que a moral de uma comunidade encontra-se em seus costumes. Os costumes dizem como cada homem deve agir em situações concretas em função daquilo que a comunidade considera como sendo o bem e o mal.

A antigüidade de uma prática (de um modo de agir) e de um juízo (de um modo de avaliar), ou seja, o fato de eles serem costumes antigos ou imemoriais, que lhes confere a autoridade moral. O modo de agir e de pensar considerado "moral", ou seja, conforme à moralidade, é o modo antigo e costumeiro ou tradicional.

A moralidade é a obediência ao costume de tal forma que onde não há nenhum costume certo, nenhum modo *tradicional* de agir e de avaliar, não há moralidade, ou seja, pode-se agir de diferentes modos sem que nenhum deles seja visto pela comunidade como imoral.[16] Trata-se de matéria amoral.

EXEMPLO: O povo judeu, antes de sua dispersão sob o Império Romano (no primeiro século de nossa da Era Cristã), considerava a mulher menstruada impura. Isto significa que ela não estava em condições de entrar no Templo de Jerusalém, a casa de Deus. Ela deveria, durante o tempo de sua menstruação, fazer banhos rituais para purificar-se. Segundo o costume, se ela tocasse num homem, durante este seu tempo de impureza, também o homem ficaria impuro. Ele também não poderia mais entrar no Templo sem antes realizar um ritual de

---

[14] Cf. JOLIVET, Régis (In: Tratado de Filosofia. Tomo IV. *Moral.* Trad. do francês por Gerardo D. Barretto. Rio de Janeiro: Agir, 1966, p. 99), que cita TOMÁS DE AQUINO, *De Veritate,* q. XVI, art. 1 e 3.
[15] Cf. JOLIVET, R. *o. c.,* p. 13.
[16] Nietzsche, F. *Aurora* § 9.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

banhos purificatórios. Para outros povos, que não estabeleciam nenhum costume em relação ao estado menstrual da mulher, estar neste estado não implica em algo moral. Estar menstruada não tem significado moral ou imoral: é algo amoral. Sobre este ato não pesa nenhum costume ou tradição.

É historicista a posição de Adolfo Vázques, conforme o texto abaixo:

"A necessidade de ajustar o comportamento de cada membro aos interesses da coletividade leva a que se considere como bom ou proveitoso tudo aquilo que contribui para reforçar a união ou a atividade comum e, ao contrário, que se veja como mau ou perigoso o oposto; ou seja, o que contribui para debilitar o minar a união; o isolamento, a dispersão dos esforços, etc. Estabelece-se, assim, uma linha divisória entre o que é bom e o que é mau, uma espécie de tábua de deveres ou obrigações baseada naquilo que se considera bom ou útil para a comunidade. Destacam-se, assim, uma série de deveres: todos são obrigados a trabalhar, a lutar contra os inimigos da tribo, etc. Estas obrigações comuns comportam o desenvolvimento das qualidades morais relativas aos interesses da coletividade: solidariedade, ajuda mútua, disciplina, amor aos filhos da mesma tribo, etc. O que mais tarde se qualificará como virtudes ou como vícios acha-se determinado pelo caráter coletivo da vida social. Numa comunidade que está sujeita a uma luta incessante contra a natureza, e contra os homens de outras comunidades, o valor é uma virtude principal porque o valente presta um grande serviço à comunidade. Por razões análogas, são aprovadas e exaltadas a solidariedade, a ajuda mútua, a disciplina, etc. Ao contrário, a covardia é um vício horrível na sociedade primitiva porque atenta, sobretudo contra os interesses vitais da comunidade. E se deve dizer a mesma coisa de outros vícios como o egoísmo, a preguiça, etc."

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

(VÁZQUES, Adolfo S. *Ética*. Trad. do espanhol por João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 15. ed., p. 28. O autor deste texto nasceu em 1915. Foi professor de Filosofia na Universidade do México, de orientação marxista, escreveu este livro em 1969. A obra tornou-se muito divulgada no Brasil.)

A discussão entre teses metafísicas e historicistas sobre a origem da moral desagua no problema dos fundamentos da moral. Isto diz respeito à legitimidade com que a moral se impõe.

Se a moral tem origem metafísica, não está ao alcance do homem modificar seus postulados fundamentais, tais como o princípio "faça o bem e evite o mal". Um princípio metafísico como este garantiria uma forte fundamentação teórica para o ordenamento moral da sociedade.

Se concepções historicistas da origem da moral estiverem certas, a moral a que estamos submetidos relativiza-se a nossos próprios olhos e torna-se um desafio repensá-la em seus fundamentos. Torna-se possível não apenas reformá-la, mas fazê-lo com a consciência de que ela é apenas um produto humano. Isto retira boa parte de sua força de imposição e legitimidade, proveniente da idéia de sua origem metafísica, transcendente e sagrada. Que acontece com o indivíduo e com a sociedade que dessacraliza sua moral? Surge o risco da desordem e da desestruturação da sociedade. No indivíduo, surge o sentimento da não pertença social.

Mas as leis seculares do Estado moderno separado da religião, não pressupõem, com o tipo de penas estatuídas, a historicidade do ordenamento social (legal e moral)?

Como a posição do indivíduo que adotasse uma visão histórica da origem da moral, frente a necessidade do convívio social e da permanência da crença social na origem sagrada da moral?

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

# 3. O SURGIMENTO DA ÉTICA

Como já foi exposto, todo povo ou coletividade humana tem sua moral ou suas morais (diferentes morais para diferentes castas da mesma sociedade). Isto porém não significa que todo povo tenha uma ética, entendida como um estudo racional da moral.

O nascimento (origem ou gênese) da moral data do próprio nascimento da coletividade humana. Trata-se de assunto que não pode ser resolvido cabalmente pela ciência histórica. Isto não apenas porque o surgimento da moral se perde no passado inacessível. Além disto, a gênese da moral é também um problema em relação à moral estabelecida presentemente. O fato de ela estar esbalececida, de sustentar-se e perpetuar-se historicamente exige uma explicação. Por isso, em filosofia, há algumas tentativas teóricas de explicar a gênese da moral. Dentre elas, estudamos as teorias de Nietzsche, a de Vázquez e a dos neotomistas.

A ética, enquanto estudo da moral, por outro lado, tem data de nascimento certa e, graças à ciência histórica e à história da filosofia, podemos conhecer seu surgimento.

A ética filosófica nasceu na Grécia, no século V a.C., com o surgimento dos sofistas e com a atitude de reação aos sofistas por parte de Sócrates.

A sofística aparece num momento cultural e político muito específico da história e cultura gregas.

MOMENTO POLÍTICO:

- A Grécia era constituída por cidades-estados (*polis*) independentes que nunca chegaram a formar uma confederação ou um Estado único que incluisse todas as cidades e colônias gregas.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

•Entre todas as cidades-estados, entretanto, Atenas tornou-se o mais importante centro metropolitano grego, em termos políticos e culturais, chegando a capitanear uma liga de algumas cidades gregas.

•O lugar de destaque de Atenas deve-se especialmente ao seu papel militar na contenção do expansionismo persa, graças à sua poderosa esquadra naval.

•Algumas cidades gregas, especialmente Atenas, exigiam de todos os cidadãos que se dedicassem à atividade política.

•Isto exigia o domínio de boa retórica, oratória e eloqüência e de razoável cultura: qualidades importantes nas assembléias públicas, onde todos os assuntos de interesse da cidade-estado eram tratados.

•A assembléia dos cidadãos no período democrático de Atenas decidia todos os temas políticos da cidade: decisão quanto à guerra e paz, direitos e deveres dos cidadãos, forma e conceito de governo e de estado, religião e culto aos deuses, educação, saúde, comércio, funcionalismo público, assuntos portuários, assuntos industriais, assuntos de mineração, assuntos financierios (moeda, juros, dívidas), etc.

•Em Atenas, havia ainda os tribunais para julgamento dos litígios entre os cidadãos.

•A luta entre os partidos aristocrático e o democrático, como luta entre formas de governo, e o próprio modo de governar por meio de assembléias de cidadãos exigia um permanente debate político. Fosse oligárquica, aristocrática ou democrática, o governo da cidade, em Atenas especialmente, era sempre colegiado, considerando-se a forte tradição anti-tirânica da cidade.

•A educação tradicional (música, ginástica e letras) não conseguia acompanhar o rápido desenvolvimento social e econômico.

•Sentia-se a necessidade de uma instrução mais especializada sobre a vida política e para os que a ela se dedicariam.

•Aparece então a figura do sofista, o encarregado de instruir os filhos da

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

aristocracia em gramática, literatura, filosofia, religião e, especialmente, em retórica. Isto para que o aluno pudesse aprender a administrar a casa e a cidade.

MOMENTO CULTURAL:

•A pluralidade das investigações e das respostas dos filósofos da Jônia ao problema do princípio da natureza fez surgir o clima propício ao ceticismo popular e filosófico.

•Julgava-se inútil a insistência na pesquisa sobre o princípio da natureza sem estudar o homem em profundidade para determinar o alcance de sua capacidade de conhecer (cognitiva).

• Os sofistas surgiram como pensadores isolados.

•Nunca chegaram a uma articulação política ou institucional que permitisse a fundação de uma Escola propriamente dita.

•Seguiam a tradição que os precedeu: os sábios e, depois, os filósofos gregos não se organizavam ainda em Escolas (instituições de pesquisa e de ensino filosófico, como a Academia de Platão, quase um século a frente).

OS SOFISTAS:

•A maior parte dos sofistas nasceu fora de Atenas. Inicialmente, procedem da Itália meridional, da Ásia Menor, da Sicília e, posteriormente, na própria Grécia.

•Os sofistas inauguraram a prática de se cobrar remuneração pelo ensino filosófico.

•Há uma tendência de os sofistas deixarem as periferias em direção a Atenas, pois lá havia mais necessidade dos mestres para o exercício político.

•Desta forma, em Atenas, o ensino sofístico era mais procurado e mais lucrativo.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

•Os dois maiores expoentes da sofística foram Górgias, nascido na Sicília, provavelmente em 484 a. C., e Protágoras, nascido provavelmente em 481 a.C., em Abdera, na Trácia.

A DOUTRINA SOFÍSTICA:

•o homem NÃO tem a capacidade de conhecer a natureza íntima das coisas e a lei moral absoluta. Ambas as coisas ultrapassavam a capacidade cognitiva do homem.

•em outras palavras, não pode haver conhecimento verdadeiro, nem pode o homem acessar verdades absolutas.

•o que homem pensa sobre a natureza e a moral nada mais é que produto do homem. Assim dizia seu princípio: "O homem é a medida de todas as coisas".

•ao alcance do homem estão apenas leis e costumes morais que ele mesmo estabeleceu por convenções sujeitas à mudanças.

•Protágoras entendia que o homem - enquanto indivíduo - é a medida de todas as coisas. O conhecimento varia de acordo com os indivíduos. O indivíduo tudo interpreta segundo seus interesses. O sofista, segundo seu entendimento, usando a arte da persuasão, consegue fazer com que apareçam como melhores não as opiniões mais chegadas à verdade, mas as mais vantajosas. A moral é convencional. Cada um deve obedecer a lei moral dada pela constituição de sua cidade.

•Segundo os ideais aristocráticos e antigos a *arete* (a excelência, virtude, justiça e retidão) é natural; o natural é melhor que o ensinado. Os filhos da aristocracia são virtuosos porque se parecem com aqueles com quem convivem. O treinamento apenas aguça a *arete* natural.

•O movimento sofístico surgia comor representação dos interesses de novas classes que alçaram espaço dentro do sistema democrático de governo de Atenas. Defendiam a possibilidade de ensinar  a *arete*, entrando em choque com

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

os ideais aristocráticos e antigos.

•A pretensão sofística era de que a *arete* podia ser ministrada por professores ambulantes que cobravam taxas para seu ensino. Que a virtude podesse ser ensinada era a base da pretensão dos sofistas por um meio de ganhar a vida. Eles queriam ensinar a *arete* política.

•Ninguém, mesmo no meio aritocrático, era tão irrealista para supor que se podia alcançar grandeza sem esforço. Mas havia uma séria discordância quanto ao acento sobre os elementos: dote natural, prática ou esforço pessoal e ensino.

•Já a mitologia ensinava que Zeus enviou Hermes para levar aos hoens duas virtudes morais, *aidos* e *dike*, "para tornar possível a ordem política e criar laço de amizade e união". *Dike* é o senso de direito ou justiça, *aidos* qualidade que combina senso de vergonha, modéstia, respeito pelos outros, algo semelhante com o que chamamos "consciência moral". Estes dons não foram enviados para restringir-se a indivíduos seletos, mas para serem distribuídos. todos devem deles participar, porque "jamais poderia haver cidades se apenas alguns participassem deles como no caso das artes" (medicina, música, de construir navios). Mas, sequer Zeus pode assegurar que sejam virtudes universais, pois não integram a natureza original do homem.

•Protágora defendia que a simples natureza humana contém a possibilidade de avanço moral. Sua realização é assunto de experiência e educação. Pensava que o ensino precisa tanto da natureza como da prática.

## SÓCRATES

O ateniense Sócrates viveu entre 470/469-399 a.C.

Ele não era sofista, mas foi criticado como se fosse pelo famoso comediólogo e escritor de tragédias Aristófanes.

Sócrates abalou a vida cultural de Atenas e foi condenado à morte por seus

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

concidadãos.

Sócrates foi considerado o mais sábio dos gregos pelo próprio Deus Apolo, do templo de Delfos, através do oráculo da Pítia (sacerdotisa de Apolo), mas convencido de que nada sabia, começou a visitar os cidadãos gregos para saber se havia alguém mais sábio que ele e, desta forma, descobrir se o Deus estava certo ou não. Fazia perguntas aos sábios e percebia que se enraiveciam quando as perguntas os conduziam para aquilo que não sabiam. Sócrates concluiu que eles enganavam-se sobre o mais importante. Estavam convencidos de tudo saber e não sabiam que não sabiam. Sócrates pensou, então, que o Deus estava certo pois, enquanto os homens mais sábios de Atenas, pensavam ser sábios, mesmo sem o ser, ele, ao menos, sabia que nada sabia.

Acolhendo e refletindo os ensinamentos do Deus Apolo, "tudo deve ser praticado dentro da medida, ou seja, nada em excesso" e "conhece-te a ti mesmo", Sócrates percorria praças e ruas de Atenas (o sabemos através dos relatos de Platão, Aristóteles e Aristófanes), perguntando aos atenienses, jovens ou velhos: O que é a coragem? O que é a justiça? O que é a piedade? O que é a amizade? Os atenienses respondiam que eram virtudes. Sócrates devolvia-lhes outra pergunta: O que é a virtude? Os atenienses respondiam: É agir em conformidade com o bem. Sócrates questionava: O que é o bem?

Se Sócrates pergunta aos atenienses a razão pela qual fazem tal coisa, cumpre tal costume ou valoram de tal forma que algo seja bom e que seu oposto seja mau, os atenienses respondiam: "É certo fazer tal ação, pensar de tal forma, porque meus antepassados a fizeram assim ou pensaram assim e meus parentes vivos da mesma forma".

Mas as respostas nunca calavam Sócrates, que sempre devolvia uma pergunta nova, exigindo que o ateniense esclarecesse melhor o que ele estava dizendo, os cidadãos viam-se diante da situação humilhante de ter de reconhecer que diziam coisas sem pensar bem sobre elas. Eram obrigados a reconhecer que

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

não sabiam aquilo que pensavam saber, iludidos por um saber que era apenas repetição do que lhes fora ensinado desde a infância. Isto fazia com que a maioria dos atenienses se zangasse com Sócrates. Apenas um pequeno número chegava a admitir aquilo que Sócrates esperava: que nada se sabe, que não se sabe o que se imagina saber. Sócrates pretendia conduzir os que assim o reconhecessem à busca filosófica da virtude e do bem, pelo conhecimento de si, pela reflexão que conduz ao saber.

As perguntas de Sócrates colocam o cidadão numa situação totalmente nova. Acostumado a ser fiel à moralidade (aos costumes e valorações morais) da comunidade, recebida de seus antepassados e vivida pelos contemporâneos, o cidadão sentia-se protegido pelo consenso, pela aprovação moral dos pais e demais concidadãos. Pelo cumprimento da moralidade, cada um da comunidade sentia-se parte da comunidade. Porém, diante de Sócrates, vendo-se obrigado a responder sobre a razão e o significado das normas e valores morais, o cidadão se via só, sem a proteção da tradição, sem o socorro da coletividade. Sócrates foi, desta forma, aquele que fez surgir o problema da consciência individual do agente moral, fez surgir o sujeito ético moral.

Sócrates é o primeiro a colocar as questões fundadoras da ética: a pergunta pelo motivo do ato, do costume e do valor; a pergunta pelo significado dos conceitos morais (coragem, justiça, piedade, amizade, virtude, bem).

Quanto ao debate sobre a *arete*, Sócrates seguiu as pegadas dos sofistas e defendeu que a virtude é conhecimento, porém parece que tinha dúvidas se a *arete* política podia ser ensinada, pois observava que os atenienses pensam que qualquer um está apto a dar opiniões políticas sem um conhecimento técnico específico e que se podia observar como bons e sábios estadistas se mostravam incapazes de ensinar política a seus próprios filhos.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

705-Esparta-setenta anos após a morte de Licurgos, foi instituído o eforato de 5 éforos, eleitos pelo povo por um período de um ano. Os dois reis hereditários eram assessorados pelo Conselho, constituído de vinte e oito anciãos da nobreza, e os éforos presidiam as assembléias dos cidadãos de mais de trinta anos, que votavam as medidas propostas pelos reis e éforos, mas sem poder discuti-las.[17]

[17].Política de Aristóteles nota 100, p.61

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRÉHIER, Émile. História da Filosofia. Trad. do francês por Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Mestre Jou, 1978, Tomo 1, Fasc. I.

CHAUÍ, Marilena. O mundo da prática. In: Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994, p. 399-341.

FRAILE, G. Historia de la filosofía. Barcelona: BAC, Vol. I.

GUTHRIE, W. K. C. Os Sofistas. Trad. do inglês por João R. Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

MONDIN, Battista. Curso de Filosofia. São Paulo: Paulinas, 1981, Vol. I.

PADOVANI, Umberto e CASTAGNOLA, Luís. História da Filosofia. São Paulo: Melhoramentos, 1984, 14. ed.

PLATÃO. Defesa de Sócrates. In: Os Pensadores (Coleção). São Paulo: Abril Cultural, 1972, p. 9-31.

VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. São Paulo, Brasiliense, 1995, 9. ed.

Created with novaPDF Printer (www.novaPDF.com)